

**O PODER DAS IMAGENS:
CINEMA E PROPAGANDA POLÍTICA NOS GOVERNOS DE HITLER E ROOSEVELT
(1933 - 1945) ***

Wagner Pinheiro Pereira **

A comunicação tem como proposta a análise comparada da utilização do cinema como instrumento de propaganda política e de controle da opinião pública durante os governos de Adolf Hitler (1933-1945), na Alemanha, e de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), nos Estados Unidos da América. As produções cinematográficas alemãs e norte-americanas desse período são significativas para a compreensão das ideologias que orientaram esses governos e para a discussão sobre a relação entre cinema e política. Além disso, o mapeamento dos aspectos comuns, diferenciais e específicos das imagens e mensagens políticas veiculadas pelo cinema possibilita a compreensão da natureza ideológica dos respectivos governos e das mudanças políticas e culturais que eles introduziram nos dois países. Neste sentido serão objetos de análise: a política cultural de Hitler e Roosevelt referente ao cinema e os principais temas tratados nos filmes de propaganda.

CULTURA E POLÍTICA: O CINEMA COMO ARMA DE PROPAGANDA

A primeira metade do século XX foi marcada pela ascensão e consolidação de governos que utilizaram os meios de comunicação, a educação e a produção cultural como instrumentos de propaganda para difundir a ideologia oficial e conquistar o apoio das massas ao novo tipo de poder instaurado.

A propaganda política¹, entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, adquiriu enorme importância nas décadas de 1920 e 1940, quando ocorreu, em âmbito mundial, um considerável avanço tecnológico dos meios de comunicação. Valendo-se de idéias e conceitos, a propaganda os transforma em imagens, símbolos, mitos e utopias que são transmitidos pela mídia. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na conquista de adesões políticas. Em qualquer governo, a propaganda é estratégica para o exercício do poder, mas adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças à censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce controle rigoroso sobre o conteúdo das mensagens, procurando bloquear toda atividade espontânea ou contrária à ideologia oficial. Em governos dessa natureza, a propaganda política se torna onipresente, atua no

sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões, visando assegurar o domínio sobre os corações e mentes das massas.

Dentre todos os meios de comunicação utilizados para exercer tal influência psicológica, o cinema foi bastante privilegiado. Tendo sido utilizado para fins políticos inicialmente pelos norte-americanos em 1898², durante a Guerra Hispano-americana, e logo depois pelos ingleses, em 1901, durante a Guerra dos Bôeres (1899-1902), foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que os líderes políticos descobriram a grande influência que este novo meio de comunicação exercia sobre as massas e não tardaram em utilizá-lo como arma de propaganda política, enquanto os seus respectivos governos criavam departamentos de censura e leis que regulamentavam a produção, distribuição e exibição cinematográfica, numa tentativa de preservar a produção nacional frente a concorrência estrangeira.

No entanto, os filmes de propaganda desse período eram modestos, grosseiros e até mesmo ingênuos, não possuindo ainda o aperfeiçoamento técnico, o fascínio e a eficácia que teriam os produzidos a partir da ascensão dos regimes nazi-fascistas e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)³.

Deve-se dizer, porém, que os regimes nazi-fascistas não foram os únicos que tomaram consciência da importância do cinema como arma de propaganda. De forma precursora, Lênin, na época da Revolução Russa de 1917, já afirmava: “*De todas as artes, o cinema é para nós a mais importante. Deve ser e será o principal instrumento cultural do proletariado*”; orientação que foi seguida atentamente pelos principais líderes de regimes socialistas, como Josef Stálin, Mao Tsé-tung e Fidel Castro.

Nas democracias ocidentais, tais como a norte-americana, a inglesa e a francesa, o cinema também têm sido utilizado como instrumento de propaganda para disseminar mensagens políticas e obter o consenso da sociedade em torno das propostas do partido político no poder. No entanto, isso não é realizado de forma tão direta e agressiva, como ocorreu nos regimes de caráter totalitário ou autoritário, já que numa democracia moderna, de tipo ideal, os meios de comunicação devem manter-se plurais, a fim de escapar a uma tutela política única, e o direito de liberdade de expressão é garantido.

A partir dos exemplos apresentados é possível perceber que a utilização do cinema como veículo de mensagens políticas ocorreu tanto nas *ditaduras totalitárias*, quanto nas *democracias liberais*⁴. Para efeito de comparação, portanto, a análise será centrada nas semelhanças, diferenças e particularidades existentes nas produções cinematográficas realizadas durante os governos de Hitler e Roosevelt. A escolha é

decorrente do fato de terem sido, respectivamente, exemplos bastante representativos de uma *ditadura totalitária* e de uma *democracia liberal*, e também por terem ocorrido em situação histórica contemporânea.

GUERRA DAS IMAGENS: O CINEMA ENTRE O TOTALITARISMO E A DEMOCRACIA

• A RELAÇÃO ESTADO-CINEMA

A consolidação da infra-estrutura de produção cinematográfica na Alemanha e nos Estados Unidos da América ocorreu a partir da Primeira Guerra Mundial. Embora tenham sido constituídas de forma bastante distinta, elas tiveram algumas características em comum: foram planejadas não somente tendo-se em vista o entretenimento das massas, mas também o objetivo de atuarem como indústrias de propaganda política de seus respectivos governos. Tanto a indústria cinematográfica alemã quanto a norte-americana foram constituídas a partir de três elementos centrais: 1) O sistema de grandes estúdios, do qual *Hollywood* foi o modelo mais acabado, embora não possa ser ignorada a importância da *Ufa (Universum-Film AG)*, indústria cinematográfica alemã, que, durante as décadas de 1920-1940, foi a principal concorrente do cinema norte-americano; 2) o “star-system”, um sistema de mitificação de atores e atrizes que fascinava o público alemão e norte-americano, ditando todo um conjunto de valores, comportamentos, conceitos e visões de mundo para a época; 3) o código de censura, responsável por monitorar as mensagens veiculadas nos filmes, que atuou de forma mais forte e evidente no cinema alemão e mais suave e discreta no cinema norte-americano. Até o início da década de 1930, a produção cinematográfica nos dois países era regida por códigos reguladores que tinham como preocupação central a preservação dos “bons valores” morais, sociais e religiosos. A partir de 1933, esses códigos atuaram no sentido de colocar as indústrias cinematográficas da Alemanha e dos Estados Unidos em sintonia com os ideais e valores da “nova política” preconizada pelos seus líderes, fazendo do cinema um baluarte dos princípios políticos, sociais, econômicos e culturais básicos dos governos de Hitler e Roosevelt.

No caso alemão, as transformações ocorridas na indústria cinematográfica e no conteúdo dos filmes foram abruptas. O Nazismo marcou o final das estéticas expressionistas e das vanguardas da década de 1920 – responsáveis por tornar o cinema alemão conhecido mundialmente –, que passaram a ser consideradas como “arte

degenerada”. Neste momento, os nazistas exerceram um forte controle sobre o cinema, fazendo com que muitos judeus, comunistas e pessoas consideradas “inimigas do Estado” fossem excluídas do meio cinematográfico e artístico da Alemanha. Controlado por Joseph Goebbels, através do *Ministério Nacional para Esclarecimento do Povo e Propaganda*, o cinema alemão foi transformado tanto internamente – em suas estruturas, organizações, leis, funcionários, produtores, cineastas, etc. – quanto externamente – no conteúdo de seus filmes, na estética e na apresentação de “novos” atores e estrelas que personificavam a estética racial ariana almejada pelos nazistas.

O cinema alemão produzido durante o Terceiro Reich (1933-1945) buscou integrar entretenimento e propaganda, baseando-se, principalmente, nos modelos de cinema soviético e norte-americano. Além disso, as produções cinematográficas alemãs tinham de ser aprovadas – em todas as suas fases de realização – pela *Câmara Nacional de Cinema*, vinculada ao *Ministério da Propaganda*. As produções que eram consideradas em sintonia com os ideais preconizados pelo regime recebiam *predicados* (espécies de prêmios que classificavam a importância do filme) que, na maioria das vezes, beneficiavam financeiramente os seus realizadores.

No caso norte-americano, *Hollywood*, desde o início, contou com recursos e um aparato excepcional para torna-se a grande indústria de cinema em escala mundial. A partir da ascensão de Roosevelt, consolidou-se essa infra-estrutura. Na década de 1930, *Hollywood* passou a ser orientado por um código de auto-censura – o “Código Hays” – que controlava a discussão de assuntos polêmicos ou geradores de atritos com alguns setores da sociedade. Dessa forma, *Hollywood* até a Segunda Guerra Mundial não recebeu uma influência direta do Estado, pois além de estar em sintonia com a orientação do governo, seu objetivo principal era fazer com que seus filmes – seja de entretenimento ou de propaganda – fossem sucessos de bilheteria.

Cabe destacar ainda que a eclosão da Segunda Guerra Mundial marcou uma nova fase na relação Estado-cinema. Na Alemanha, Hitler e Goebbels perceberam que era o momento certo de completar o contínuo processo de monopolização das indústrias cinematográficas pelo Estado nazista. Este processo foi finalizado em 1942, quando todas as indústrias cinematográficas foram incorporadas à *Ufa-Film GmbH* (chamada *Ufi*, para distingui-la de sua antecessora), uma espécie de fundação estatal responsável pela centralização de toda a produção, distribuição e exibição cinematográfica da Alemanha nazista. Além disso, durante o conflito bélico, o Estado mostrou-se ainda mais atuante no

meio cinematográfico, revisando, aprovando ou reprovando roteiros, censurando ou demandando a produção de vários filmes comissionados pelo governo.

Nos Estados Unidos, a Segunda Guerra Mundial também transformou as relações entre o Estado e a indústria cinematográfica. No momento do conflito bélico, o governo passou a defender que *Hollywood* deveria atuar intensamente para instigar e estimular a sociedade a lutar em todas as frentes de batalha contra a “ameaça totalitária” representada pela Alemanha, Itália e Japão. Para melhor acompanhar as atividades da indústria cinematográfica, Roosevelt criou duas importantes agências destinadas a coordenar a produção e distribuição de filmes de propaganda do governo. Tanto a *Secretaria de Informação de Guerra* (OWI), voltada para os assuntos e o público da Europa, quanto o *Escritório do Coordenador de Assuntos Inter-Americanos* (OCIAA), planejado para estreitar os laços da “Política da Boa Vizinhança” entre os Estados Unidos e a América Latina, foram órgãos estatais que passaram a exercer intenso controle sobre a produção cinematográfica norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial.

• A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA INSERIDA NUM PROJETO POLÍTICO

Os governos de Hitler e Roosevelt apesar de terem sido distintos e antagônicos, apresentaram semelhanças nos temas e estilos de suas produções cinematográficas. Durante a década de 1930, tanto o cinema alemão quanto o norte-americano produziram filmes dedicados aos seus líderes políticos, à imagem do “homem novo” e da “nova nação”. Na década de 1940 foram realizados filmes sobre os inimigos da nação e produções voltadas para o tema da guerra.

Em relação à imagem do líder político, os cineastas alemães e norte-americanos foram bastante cuidadosos na apresentação dos seus governantes nas telas. No caso alemão, Joseph Goebbels instruíu os cineastas para que o Führer fosse apresentado como o “salvador da Alemanha”, um ser iluminado, em cenários grandiosos. Cada aparição de Hitler era estruturada como uma grande peça teatral, cuidadosamente encenada para a câmera, tal como ocorreu no famoso “*O Triunfo da Vontade*” (1935), de Leni Riefenstahl. Para os filmes históricos, o ministro da propaganda recomendou que os cineastas traçassem um paralelo entre Hitler e as grandes personagens históricas da Alemanha, tais como o rei Frederico II, Bismarck, Friedrich Schiller, Carl Peters, etc.

No caso norte-americano, a imagem do presidente Franklin Roosevelt esteve pouco presente nas telas de cinema. Por ter sofrido de poliomielite, o presidente fez um

acordo com os fotógrafos e cinegrafistas para nunca ser registrado em sua cadeira de rodas, segurando uma bengala, ou sendo carregado ao sair da plataforma depois dos seus discursos. Assim, para não correr o risco de ter prejudicada a sua imagem heróica de “salvador da pátria” pelo fato de ser paralítico, Roosevelt preferiu encomendar a produção de filmes sobre as realizações do *New Deal* (*Novo Acordo*) e, da mesma forma que o cinema nazista, de filmes históricos que traçassem um paralelo entre ele e os grandes presidentes do passado, como Washington, Lincoln e Wilson.

Se a propaganda afirmava que o líder era o modelo, logo a nação e a sociedade deveriam ser a sua imagem e semelhança. Por isso, os filmes de ambos os países dedicaram-se a retratar a imagem idealizada da “nova nação” e do “homem novo”.

Os filmes nazistas mostravam os alemães como superdotados do ponto de vista racial, sendo o povo destinado a predominar sobre o resto da humanidade. Inicialmente, os primeiros mártires do movimento nazista – como o jovem hitlerista Herbert Norkus e o SA Horst Wessel – assumiram a imagem do “homem novo” ideal. Posteriormente, essa imagem ampliou-se para outros setores da sociedade alemã, tais como camponeses, industriais e personagens que abdicassem de seus interesses pessoais em benefício da Alemanha e da “*Volksgemeinschaft*” (“Comunidade do Povo”).

No caso das produções hollywoodianas, o “homem novo” idealizado seria uma espécie de defensor das virtudes da democracia e do trabalho, que empregaria as suas forças para a realização dos projetos do *New Deal* e para a preservação dos valores da identidade nacional norte-americana. Ao mesmo tempo, esses filmes também propagavam as maravilhas do “*American Way of Life*”, ideologia fundamental para a sustentação da sociedade capitalista desenvolvida naquele país e adotada em tantos outros mundo afora.

Com a Segunda Guerra Mundial, os governos alemão e norte-americano incentivaram a produção de filmes dedicados aos “inimigos da nação”. O cinema nazista elegeu os judeus, os ingleses e os russos como os principais inimigos da Alemanha. Os judeus eram retratados como conspiradores, inimigos de “raça inferior” e “subumana”, sendo igualados aos ratos, insetos, cogumelos venenosos, cobras e doenças. Já os ingleses receberam um tratamento mais suave, embora fossem retratados como imperialistas opressores, que escravizavam nações pobres e inocentes, ou como plutocratas ambiciosos e mesquinhos. Os russos, assim como aconteceu no cinema norte-americano, receberam um tratamento dúbio, variando de acordo com o momento histórico. Se durante o Pacto Nazi-soviético, a propaganda anticomunista parou de

circular na Alemanha, após o ataque nazista a Rússia, o cinema apresentou os russos comunistas como brutos e alcoólatras que violentavam mulheres e assassinavam crianças e civis.

Hollywood também produziu vários filmes sobre os inimigos “totalitários” dos Estados Unidos. O alemão nazista foi apresentado como um inimigo de sangue frio, inescrupuloso e manipulado pelas mentiras da máquina de propaganda de Hitler. Os italianos fascistas, curiosamente, não receberam muito espaço nos filmes norte-americanos, pois não eram vistos como uma grande ameaça, sendo retratados geralmente de forma caricatural e em posição ambígua. Já os filmes dedicados aos japoneses traziam uma virulenta mensagem antinipônica, que pregava o ódio e a idéia de extermínio destes da face da Terra, pois eles eram vistos como “monstros fanáticos” que, por puro prazer, matavam e mutilavam soldados norte-americanos.

O retrato heróico da guerra foi outro tema recorrente na cinematografia alemã e norte-americana da década de 1940. Os romances, que exaltavam o papel da mulher e a mobilização do “fronte interno”, e os filmes históricos, que estimulavam o “espírito militar”, foram os gêneros mais populares sobre o tema. Ao mesmo tempo, os cinejornais (*Die Deutsche Wochenschau* e *The March of Time*) e os documentários apresentavam a guerra como um espetáculo bélico.

Os filmes nazistas afirmavam que as democracias ocidentais eram nações demoníacas que pretendiam destruir a Alemanha, por isso, os alemães viam-se obrigados a atacar primeiro. Já *Hollywood* mostrava os Estados Unidos enfrentando uma árdua luta do “bem contra o mal”, em que os heróicos e simpáticos soldados norte-americanos travavam uma longa batalha contra os inescrupulosos e malvados nazistas, no fronte ocidental, e os sangüinários e suicidas japoneses, no fronte oriental. Dessa forma, os filmes hollywoodianos retratavam os norte-americanos como os líderes da democracia e os legítimos representantes do “mundo das luzes” em luta contra a escravização imposta pelas ditaduras totalitárias.

Por fim, conforme pudemos constatar, a relevância desse estudo se justifica não só pela tentativa de compreensão mais aprofundada da utilização do cinema como arma de propaganda de *ditaduras totalitárias* e de *governos democráticos*, mas também pela atualidade do tema, ou seja, o uso de imagens para fins políticos. Afinal, as imagens adquiriram um papel de destaque na sociedade contemporânea, em que tudo se tornou direta ou indiretamente mediado por elas. Após a *guerra de imagens* empreendida entre os governos de George W. Bush e Saddam Hussein, parece que as táticas de

propaganda desenvolvidas pelos governos de Adolf Hitler e Franklin Delano Roosevelt ainda não foram ultrapassadas. Fica a pergunta: Existe alguma diferença entre os filmes de propaganda produzidos por uma *ditadura totalitária* daqueles realizados por um *governo democrático*?

* O presente texto, apresentado no seminário temático “Dimensões políticas do audiovisual: guerra, revolução, propaganda e lutas sociais” do *XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz*, baseou-se na pesquisa realizada para a minha dissertação de mestrado, “*Guerra das Imagens: Cinema e Política nos Governos de Adolf Hitler e Franklin D. Roosevelt (1933-1945)*”, orientada pela Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato e defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), em 2003.

** Doutorando em História Social (Depto. de História – FFLCH-USP) e pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos sobre a Intolerância - Universidade de São Paulo (LEI-USP) e Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH-USP).

¹ As reflexões teóricas sobre propaganda política, aqui apresentadas, foram extraídas do estudo de: CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998. pp.35-36.

² “The Battle of Manila Bay” (“A Batalha de Manila”, Vitagraph, 1898), que reconstitui a batalha ocorrida nas Filipinas entre norte-americanos e espanhóis, durante a Guerra Hispano-americana, é considerada a primeira produção cinematográfica utilizada como peça de propaganda política.

³ Um mapeamento preliminar da utilização do cinema como instrumento de propaganda política pelos regimes nazi-fascistas foi apresentado no artigo de minha autoria: “Cinema e Propaganda Política no Fascismo, Nazismo, Salazarismo e Franquismo”. In: *História: Questões & Debates, ano 20, n.º.38, jan./jun.2003*. Curitiba: Ed. UFPR, 2003. pp.101-131.

⁴ Nas ditaduras totalitárias o Estado centraliza todos os poderes políticos e administrativos, não permitindo a existência de outros grupos ou partidos políticos, além do partido no poder que se superpõe e se confunde com o Estado. O Totalitarismo se caracteriza pelo desrespeito às liberdades do cidadão, principalmente as liberdades de opinião, associação, imprensa e comunicação. Nesse regime, o Estado torna-se uma entidade ameaçadora que comanda e fiscaliza a vida de todas as pessoas do nascimento até a morte. Além de destruir a individualidade dos cidadãos, os regimes totalitários fazem a sociedade viver numa atmosfera constante de insegurança e terror, perpetrada pela atuação da polícia secreta estatal e pela manipulação do imaginário coletivo através da propaganda veiculada nos meios de comunicação. As duas maiores manifestações do Totalitarismo no século XX foram o nazismo alemão (1933-1945) e o stalinismo soviético (1924-1953), apesar das diferenças ideológicas que as distinguem.

Ao contrário das ditaduras totalitárias, os regimes democráticos, de tipo ideal, se caracterizam pelo profundo respeito aos direitos fundamentais do indivíduo. De forma geral, a democracia é um regime político baseado nos princípios da soberania popular, da igualdade dos cidadãos perante a lei e da distribuição equitativa do poder, ou seja, ela se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle de autoridade dos poderes de decisão e de execução. Nos países democráticos, o povo, através do voto, participa das decisões políticas, elegendo, para os cargos públicos, candidatos que irão representá-lo na direção do Estado. Portanto, a participação do povo é o que garante a permanência do regime democrático, enquanto que o autoritarismo, a repressão e a censura garantem a existência das ditaduras totalitárias.